

O exercício da cidadania política em Portugal**

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende dar continuidade ao trabalho que temos vindo a desenvolver, há já alguns anos, acerca das relações entre cidadania política e equidade social em Portugal (Cabral, 1997). Ambas as categorias carecem, todavia, de operacionalizações mais consistentes, que remetem, por seu turno, para definições porventura mais rigorosas de cada uma delas.

Ora, enquanto a categoria da equidade social continua a beneficiar da intensa exploração empírica que tem vindo a ser feita por sociólogos e politólogos (Kluegel, 1995; G. Marshall *et al.*, 1997) a partir da obra seminal de John Rawls (Rawls, 1971) e dos trabalhos dos seus seguidores e críticos (Daniels, 1978; Kukathas e Pettit, 1990), o mesmo já não se pode dizer da categoria da cidadania política, pese embora a vasta literatura produzida sob a rubrica genérica da cidadania nos últimos anos (Turner e Hamilton, 1994).

De uma forma geral, as operacionalizações politológicas do conceito de cidadania caracterizam-se por um excessivo grau de «formalismo», isto é, tendem a subordinar a construção dos seus indicadores aos caracteres processuais do regime representativo (Luhmann, 1969), tais como os procedimentos eleitorais, desde a franquia até ao sistema de conversão dos votos em mandatos, e como a separação de poderes, desde o controlo do executivo pelo legislativo até à independência dos tribunais, passando pela imparcialidade dos *media*.

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

** Este texto deve muito à preciosa colaboração da socióloga Alice Ramos, assistente de investigação do Inquérito Permanente às Atitudes Sociais dos Portugueses, bem como às observações do sociólogo André Freire.

Em contrapartida, outras conceptualizações da cidadania privilegiam como indicadores o respeito pelos direitos humanos e, em alternativa ou em combinação, pelos direitos sociais dos cidadãos (Saward, 1994; Poppovic e Pinheiro, 1995; para uma discussão sobre os «direitos sociais de cidadania», v. Espada, 1997). Sem prejuízo do papel que estes direitos desempenham, sem dúvida, numa concepção global da cidadania contemporânea, não nos ocuparemos deles aqui, pois isso tenderia a devolver-nos às questões da equidade social, que não só tratámos noutras ocasiões como pretendemos manter analiticamente separadas das questões relativas ao exercício da cidadania política propriamente dita.

A ESPECIFICIDADE DOS DIREITOS POLÍTICOS

Com efeito, há uma diferença de natureza tanto entre os direitos humanos como os direitos sociais, por um lado, e os direitos políticos, por outro. Habitualmente, essa diferença é obliterada na literatura, a qual tende, na linha do esquema clássico de Marshall (1992), a tratar as «três gerações» de direitos como se estes se inscrevessem num simples contínuo. Embora numa perspectiva muito diversa, algo de semelhante sucede com Rawls, ao conceber a evolução do binómio liberdade-igualdade em três etapas: a da *liberdade natural*, correspondente aos direitos civis de Marshall; a da *igualdade liberal*, correspondente aos direitos políticos formais; a da *igualdade democrática*, correspondente à equidade social necessária, segundo Rawls, para conferir valor substantivo à igualdade formal (Rawls, 1992, cap. 12, pp. 65-75).

Ora, independentemente da validade histórica do contínuo dos direitos de cidadania, aliás discutida na literatura (Turner, 1993), a cidadania política possui uma especificidade que justifica um tratamento sociológico próprio. Com efeito, uma vez adquiridos e enquanto forem respeitados, os direitos humanos — desde a inviolabilidade da pessoa até à igualdade perante a lei, subsumidas nos direitos civis tal como Marshall os concebe¹ — tenderão a ser usufruídos de forma, por assim dizer, passiva, isto é, sem que para isso os seus beneficiários tenham de se mobilizar. O mesmo acontece com os direitos sociais subsumidos no moderno *welfare state*, cujos benefícios

¹ Os direitos humanos e civis são aqui concebidos, sem prejuízo de uma análise mais profunda, como direitos conferidos a todas as pessoas enquanto tais. Assim, quando se estatui que ninguém será legalmente discriminado em função da cor da pele, do género ou de qualquer outro atributo pessoal ou colectivo, trata-se de um *direito negativo*, no sentido em que não se reconhecem à pessoa direitos particulares, mas tão-só o usufruto de todos os direitos conferidos às outras pessoas. O melhor exemplo deste carácter *negativo* dos direitos é o da liberdade religiosa, por isso mesmo central na argumentação rawlsiana acerca da *liberdade natural*, já que tal direito não se limita a reconhecer o direito da pessoa a praticar a religião da sua escolha, mas inclui também o direito de não praticar qualquer religião.

— em especial na doença, no desemprego e na velhice — são, em princípio, gozados por todas as pessoas que reúnam as condições legais.

Como é óbvio, nenhum desses direitos foi obtido sem lutas sociais nem são usufruídos, na prática, de forma idêntica por todos os membros de uma mesma sociedade. Contudo, nos Estados onde os direitos civis e sociais vigoram constitucionalmente, os cidadãos não são supostos *exercerem* esses direitos de forma activa e, caso sejam discriminados, têm o direito suplementar de poderem recorrer às instâncias judiciais encarregadas de velar pela sua aplicação.

Já o mesmo não sucede com os direitos políticos propriamente ditos, ou seja, a liberdade de expressão e de associação, bem como o direito de eleger e ser eleito para todos os cargos representativos². Com efeito, os cidadãos podem usufruir desses direitos constitucionais sem os exercerem plenamente³. Ao contrário dos atributos da cidadania cívica e social, os atributos da cidadania política nunca são automáticos, mas sim algo que tem de ser exercido individualmente de forma activa. Ora, como é bem sabido, em nenhuma sociedade, mesmo a mais democrática, a cidadania política é exercida de forma igual e plena por todos os seus membros. Na sociedade portuguesa também não. É, pois, dessa desigualdade na assunção e exercício da cidadania política em Portugal que nos ocuparemos, neste estudo, um quarto de século depois da instauração do regime democrático.

DEMOCRACIA, POLIARQUIA E OLIGARQUIA

Assim, começaremos pela construção de um instrumento de medida da cidadania política susceptível de captar não só a sua dimensão politológica como as dimensões sociológicas que a noção formal de cidadania não contempla habitualmente. Com efeito, mesmo em estudos politológicos que interpelam criticamente o carácter *poliárquico* dos regimes demo-liberais, como aquele que acaba de publicar Wanderley Guilherme dos Santos (Santos, 1998), o autor empenha-se fundamentalmente em introduzir na teoria da democracia como *poliarquia* (Dahl, 1971), isto é, como «exemplar empírico do ideal-tipo da democracia», uma terceira dimensão relativa às restrições formais à elegibilidade dos cidadãos.

² Tal como assinalam os críticos da cidadania contemporânea, os direitos políticos — ao contrário também do que sucede com os direitos civis e sociais — estão habitualmente associados à nacionalidade da pessoa, deles excluindo, portanto, os imigrantes (Turner, 1993). Trata-se, sem dúvida, de uma discriminação contestável em nome da continuidade dos direitos humanos e, por isso mesmo, tende a verificar-se a extensão de alguns direitos políticos, num número crescente de Estados democráticos, aos residentes de nacionalidade estrangeira.

³ Algo de similar acontece com os chamados «direitos culturais», por vezes associados, erroneamente, aos chamados direitos de «terceira geração» ou aos «direitos humanos» (Symonides, 1998). Com efeito, o exercício pleno dos «direitos culturais» está sujeito exactamente aos mesmos constrangimentos sociais que os direitos políticos e por razões muito semelhantes.

Escreve W. G. dos Santos: «Com efeito, elegibilidade aponta para duas dimensões, cujo comportamento é autónomo uma em relação à outra. Elegíveis, na versão dahlsiana, são aqueles que podem votar (eixo da participação), mas, aqui, são principalmente aqueles que podem ser votados, eixo denominado de *controlo* ou elegibilidade em sentido forte⁴.» O autor propõe acrescentar, assim, uma terceira dimensão — a do controlo — às duas dimensões da poliarquia, segundo Dahl, isto é, a participação e a institucionalização.

W. G. dos Santos não levanta, porém, a questão da persistência de fortes traços oligárquicos de ordem societal, mesmo quando a elegibilidade em sentido forte é satisfeita nos sistemas reais de representação demo-liberal. Ora, a nossa hipótese de trabalho é que esses traços oligárquicos — seja a sua persistência genérica, como argumenta Rawls (Rawls, 1971, p. 300 *passim*), ou específica, como denuncia Linz (Linz, 1988, pp. 112-113) — continuam a produzir, em Portugal, fortes restrições sociais à assunção efectiva da cidadania política (para uma anterior discussão do caso português, v. Cabral, 1997, pp. 12-14). Trata-se, pois, de restrições oligárquicas que se situam ainda no eixo da participação poliárquica para não evocar do ideal-tipo da democracia⁵.

São raras e não sistemáticas, portanto, as operacionalizações politológicas do conceito de cidadania que, ao procurarem avaliar a representatividade e efectividade do processo político democrático, não subordinem este último ao ponto de vista da *oferta* de bens políticos, nomeadamente o grau de abertura e isenção da competição partidária, em detrimento do ponto de vista da *procura* desses bens por parte do cidadão individual ou associado. Em suma, são raras as propostas que não subordinem a política como *fórum* à política como *mercado* (Elster, 1985).

Pela nossa parte, o que pretendemos fazer aqui é continuar a explorar empiricamente uma concepção da política democrática que não a subordine à oferta, sobre a qual paira sempre o condicionamento oligárquico, mas que também não faça dela um fórum permanente, sem estrutura nem estabilidade, como Elster sugere que é o caso das teses de um autor como Habermas (v. também o debate entre Habermas e Rawls, 1997).

POR UMA AUDITORIA DEMOCRÁTICA

Um esforço nesta última direcção é aquele que fornecem, por exemplo, Beetham e os seus colegas (Beetham, 1994). Numa das mais completas

⁴ W. G. dos Santos, «Poliarquia em 3-D», in *Dados*, vol. 41 (2), pp. 207-281, *maxime* 210 *passim*.

⁵ No eixo da elegibilidade, tal como definida por W. G. dos Santos, a poliarquia portuguesa conhece também fortes restrições, ao condicionar as candidaturas ao parlamento ao patrocínio dos partidos e até ao proibir a formação de partidos regionais, por exemplo. Mas não é destas restrições constitucionais que aqui nos ocuparemos, embora elas configurem, de facto, uma tendência indesmentível para a partidocracia.

propostas de «medição da democracia» disponíveis na literatura, os autores identificaram, em função da definição de democracia predominantemente constitucional adoptada, um vasto leque de indicadores. Entre eles destacam-se, por aquilo que acrescentam aos critérios processuais já evocados acima, a participação cívica, política e eleitoral, bem como «a confiança da população na capacidade do sistema político para resolver os principais problemas da sociedade em causa».

Há, além disso, duas considerações importantes feitas neste estudo. A primeira é óbvia, mas não perde por ser reiterada: «Do ponto de vista de uma avaliação crítica das democracias estabelecidas, os indicadores que tratam as práticas existentes como constituindo o auge das realizações democráticas parecem-nos indevidamente autocongratatórios» (Beetham, 1994b). Sem dúvida que todos os cientistas sociais e políticos concordarão com esta afirmação.

A segunda consideração é menos óbvia, mas ainda mais importante. É o apelo à crescente necessidade de promover aquilo a que os autores dão o nome de *auditorias democráticas*, isto é, o confronto empírico entre os propósitos constitucionais da democracia e a sua efectiva *performance*, quer do lado da oferta partidária, quer do lado da procura de bens políticos, quer ainda do funcionamento das instituições parapolíticas, como os tribunais e os *media*, para não falar neste momento nas instituições económicas, pois isso levar-nos-ia de volta à questão da equidade social.

Necessidade crescente de auditorias democráticas, dissemos. E porquê crescente? Porque, com a chamada «terceira vaga» democrática e a deslegitimação de todos os regimes políticos não democráticos (Huntington, 1991), independentemente dos propósitos metapolíticos que estes aleguem em seu favor, a universalização tendencial da democracia fez deslocar os critérios formais de diferenciação entre regimes democráticos e regimes não democráticos para os critérios substantivos da *qualidade* da democracia (Schmitter, 1992).

Dito de outra forma: se doravante todos os regimes políticos são, alegam ser ou pretendem vir a ser democráticos, perguntar-se-á o que os diferencia para além dos arranjos constitucionais? Por outras palavras ainda, pode dizer-se que a diferenciação binária, por assim dizer absoluta, entre democracia e não-democracia tem vindo a ceder o passo, tanto do ponto de vista analítico como da vivência concreta dos cidadãos, à diferenciação relativa entre democracias num contínuo de regimes de diferente qualidade. Em suma, hoje em dia o eixo dos grupos de referência tende a mudar e as formas de privação política relativa a operar internamente ao universo democrático.

Por conseguinte, a legitimação que qualquer regime democrático retirava dos seus procedimentos, em virtude do contraste absoluto com os procedimentos não democráticos, tenderá, *et ceteris paribus*, a perder peso em relação à legitimação que tal regime retirar dos benefícios materiais e imateriais proporcionados aos seus cidadãos, em virtude do contraste relativo com os benefícios proporcionados por outras democracias de diferente qualidade.

Nesta perspectiva, apesar das dificuldades de operacionalização que contêm em graus diversos, todos os indicadores mencionados ao longo desta exposição são de reter numa auditoria global do funcionamento dos regimes democráticos concretos. A nossa ambição não vai tão longe, contudo, no trabalho que hoje apresentamos.

Assim, restringir-nos-emos deliberadamente à cidadania política, optando por nos concentrar na medição do exercício efectivo dos direitos conferidos aos cidadãos em qualquer regime democrático consolidado, como se pode dizer que é hoje o caso do regime português do ponto de vista constitucional.

Por extensão dessa mesma noção de cidadania, procurámos desenvolver também um conjunto de indicadores destinados a medir, por sua vez, a avaliação subjectiva que os cidadãos fazem do funcionamento do sistema político, começando pelo grau de identificação com a actual oferta partidária no mercado político nacional.

Finalmente, em sentido mais lato ainda, recorreremos ao *índice de distância ao poder*, concebido nos anos 60 (Hofstede, 1968), a fim de avaliar o posicionamento genérico — por assim dizer, simbólico — da população portuguesa perante a forma como o poder político é, segundo ela, efectivamente exercido⁶.

Em suma, trata-se de um inquérito extensivo ao desempenho do regime democrático português do ponto de vista dos cidadãos, isto é, do ponto de vista das procuras manifestas e latentes de bens políticos compatíveis com a Constituição, exclusive portanto daqueles bens que esta de facto não pode efectivamente contemplar, mesmo quando a eles alude retoricamente, como o «direito ao trabalho» ou o «direito à saúde». A nossa intenção é que este exercício constitua um passo no sentido de uma futura auditoria global ao funcionamento efectivo do regime democrático português.

A IDENTIFICAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA E O POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO

No seguimento do inquérito que fizemos a este respeito em 1994 (Cabral, 1995), o inquérito de 1997 em que se baseia o presente estudo confirmou a debilidade da identificação expressa pelo eleitorado português em relação à oferta político-partidária disponível. Por *identificação expressa* entendemos, aqui, a resposta positiva à pergunta: «Tem simpatia por algum dos partidos políticos portugueses ou não tem simpatia por nenhum deles?»

⁶ Assim, este *índice de distância ao poder* (PDI na matriz de correlações em anexo) substitui as medidas mais grosseiras que tomámos, no passado, a fim de estudar a mesma questão.

Feita em Maio-Junho de 1997, fora de qualquer conjuntura eleitoral, a referida pergunta gerou, com efeito, 43% de respostas negativas e 3% de recusas contra uma escassa maioria de 54% de respostas positivas. Relativamente a 1994, a identificação partidária expressa perdeu 6 pontos percentuais, distribuídos por quase todos os partidos. Mais significativa é a forte transferência das recusas a responder à pergunta, que baixam de 16% para 3%, a favor das opiniões negativas («Não tenho simpatia por nenhum dos partidos»), as quais sobem de 24% para 43%, como vimos.

Não temos elementos que nos permitam explicar esta mudança. Apenas é possível acrescentar que foram os dois maiores partidos que mais perderam e, de entre estes, o PS, que passou de 29% para 25% das identificações expressas. O PSD passou de 20,5% para 19% e o PCP de 6% para 5%, enquanto o CDS-PP e o conjunto dos pequenos partidos de extrema-esquerda se mantiveram, respectivamente, em 3,5% e ligeiramente acima de 1%.

Estes últimos resultados não são surpreendentes se tivermos em conta que, como havíamos observado em 1994, quanto maior é o grupo dos «simpatizantes» de um partido, menor é a sua militância, em termos de adesão partidária (medida que não foi tomada no inquérito de 1997), e menor é também a sua diferenciação mútua, bem ainda como a sua diferenciação relativamente ao perfil sociográfico do eleitorado no seu conjunto (Cabral, 1995). Dito de outro modo, os dois maiores partidos são, por isso mesmo, os mais sujeitos à flutuação da opinião pública.

Em termos internacionais, estes valores também não são surpreendentes. Sem prejuízo de próximas comparações com o conjunto dos países que integram a rede do ISSP⁷, observa-se que, em relação a três deles, a desidentificação dos eleitorados com os respectivos leques partidários é geralmente elevada. Tendo em conta que a pergunta não foi formulada de forma idêntica, o grau de desidentificação partidária em Portugal (46%) situa-se a nível semelhante ao da Suécia (44%), sendo inferior ao de um regime pós-comunista como a Hungria (59%), mas bastante superior ao de um regime democrático consolidado, embora a vários títulos conturbado, como a Alemanha (29%). Parece assim confirmar-se o movimento de *disengagement from democracy* que vem afectando os eleitorados, tanto nos regimes consolidados como nos recentes, desde que a «terceira vaga democrática» se generalizou (Johnston, 1993).

A cruzar com as indicações relativas à identificação partidária, dispomos ainda do posicionamento dos inquiridos segundo a clássica escala de dez graus entre esquerda e direita. O resultado mais saliente é, porventura, o

⁷ O inquérito de 1997 em que este estudo se baseia foi o primeiro da série de inquéritos anuais às atitudes sociais dos Portugueses integrado na rede do International Social Survey Programme (ISSP).

facto de 20% dos inquiridos não tomarem posição na escala. Os restantes distribuem-se segundo uma curva normal, com uma forte concentração de 37% nos dois graus centrais da escala (5+6), mas com clara predominância do grau 5 (29%). À esquerda (graus 1-4) agrupam-se 24% e à direita (graus 7-10) 17%. Poderá dizer-se que as preferências do eleitorado português se inclinavam, simbolicamente, para a esquerda do leque ideológico.

De acordo com o quadro n.º 1, é manifesta, em primeiro lugar, a concentração dos inquiridos que não se colocaram na escala esquerda-direita (mais de 70%) entre aqueles que também não revelaram qualquer identificação partidária. Por outro lado, é igualmente notório o posicionamento da grande maioria dos simpatizantes do CDS-PP à direita da escala, com 30% deles na extrema-direita (graus 9+10), bem como o da maioria dos simpatizantes do PCP à esquerda da escala, com 50% deles na extrema-esquerda (graus 1+2). Finalmente, é de notar a distribuição dos simpatizantes do PS e do PSD por toda a escala, com uma ténue mas clara preferência dos primeiros pelas posições à esquerda (40% nos graus 1 a 4 e 74% até ao grau 5) e dos segundos pelas posições à direita (50% nos graus 7 a 10 e 66% a partir do grau 6).

Identificação partidária segundo o posicionamento ideológico
(em percentagem)

[QUADRO N.º 1]

Identificação partidária	Posicionamento ideológico												Total linha
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	NS	NR	
CDS/PP	3,5 3,0	– –	– –	3,5 1,3	12,3 1,5	7,0 3,1	12,3 6,2	24,6 16,9	14,0 27,6	15,8 11,8	– –	7,0 1,6	3,6 –
CDU-PCP	25,3 30,3	24,1 33,9	29,1 19,8	11,4 5,7	3,8 0,6	1,3 0,8	– –	2,5 2,4	– –	– –	– –	2,5 0,8	5,0 –
MRPP	50,0 1,5	– –	50,0 0,9	– –	– –	– –	0,1 –						
PPD/PSD	0,6 3,0	0,6 3,6	0,6 1,7	3,5 7,0	16,6 11,1	16,2 38,9	19,1 53,1	14,3 54,2	3,2 34,5	14,3 59,2	1,3 10,5	9,6 11,8	19,8 –
PS	2,9 18,2	5,1 37,5	12,3 44,0	20,5 53,8	33,7 30,0	7,2 22,9	4,3 15,9	1,4 7,2	1,0 13,8	1,0 5,3	0,5 5,3	10,1 16,5	26,1 –
PSR	– –	– –	25,0 0,9	75,0 1,9	– –	– –	– –	– –	– –	– –	– –	– –	0,3 –
UDP	– –	– –	– –	50,0 0,6	– –	– –	– –	– –	– –	50,0 1,3	– –	– –	0,1 –
Outro	– –	– –	16,7 0,9	– –	33,3 0,4	16,7 0,8	– –	16,7 1,2	– –	– –	– –	16,7 2,6	0,4 –
Nenhum	4,1 43,9	2,0 25,0	5,2 31,9	6,6 29,7	37,0 56,3	6,2 33,6	3,9 24,8	2,1 18,1	1,0 24,1	2,4 22,4	4,4 81,6	4,4 81,6	44,7 –
Total	4,2	3,5	7,3	9,9	29,4	8,2	7,1	5,2	1,8	4,8	2,4	16,0	–

Por conseguinte, pode dizer-se que, independentemente dos discursos e das práticas dos partidos em causa, o eleitorado português possui um mapa razoavelmente claro das posições topológicas de cada um deles. É assim que a percentagem de inquiridos que se posicionaram perante o leque ideológico esquerda-direita está muito mais próxima da percentagem de votantes do que da percentagem daqueles que se identificaram com a oferta partidária. Com efeito, apenas 21% disseram não ter votado nas últimas eleições anteriores à data do inquérito.

Embora seja conhecido que as pessoas, quando directamente inquiridas a respeito do seu comportamento eleitoral, tendem a reconstruí-lo de acordo com a norma social prevalecente⁸, o certo é que a débil identificação expressa com os partidos não se traduziu numa abstenção eleitoral equivalente. Por outras palavras, ainda que porventura insatisfeito com a actual oferta político-partidária ou relutante a declarar a sua identificação com ela, o eleitorado não deixou de usar do direito de voto para se posicionar perante ela. Confirma-se, portanto, o primado da oferta sobre a procura no mercado eleitoral.

Em contrapartida, a abstenção eleitoral está directamente correlacionada, embora com fraca expressão, com a recusa e/ou a incapacidade de se posicionar ideologicamente. Estas últimas constituem, assim, um limiar abaixo do qual se pode falar em *alienação política* enquanto renúncia ao exercício do direito básico da cidadania democrática. Estamos a falar, porém, de apenas 27% dos abstencionistas, ou seja, 6% do eleitorado.

Por outro lado, entre vários motivos dados para a abstenção nas últimas eleições, avulta um núcleo de mais de 8% de inquiridos que declararam expressamente que «a política não lhes interessa» e que se sobrepõem, em boa medida, aos 6% anteriores. Estaríamos a apontar, por conseguinte, para uma pequena fatia de cerca de 10% de eleitores politicamente alienados do ou pelo sistema político.

Embora o posicionamento ideológico apresente correlações significativas e de sentido previsível com as principais variáveis sociais e atitudinais, nenhuma dessas correlações atinge valores expressivos, nem sequer com o nível de instrução, que tende a ser, como é sabido, a variável mais independente do sistema social português. As mais expressivas, com valores em torno de $r=0,25$, são as correlações positivas com a *exposição aos media informativos* (Cabral, 1997) e com a *simpatia partidária*.

Quanto às simpatias partidárias, não apresentam correlações dignas de registo com os referidos índices. Em contrapartida, esta ausência de correlações minimamente expressivas tem um importante significado societal, a

⁸ De acordo com as tendências gerais da *espiral do silêncio* (E. Noelle-Neumann, 1983).

saber, a desidentificação em relação à oferta político-partidária atravessa de forma quase indiferenciada todo o espectro da sociedade portuguesa, como veremos adiante que se passa, mais acentuadamente ainda, com a avaliação do sistema político e a distância ao poder.

A PARTICIPAÇÃO ASSOCIADA

Ao contrário da participação eleitoral, que constitui, segundo as teorias convencionais da democracia, um processo tendencialmente atomizado, a plena assunção da cidadania política passa, de acordo com as hipóteses da auditoria democrática, por aquilo a que demos o nome de *participação associada*. Esta corresponde a um processo cívico activo de ressocialização *vis-à-vis* dos determinismos sociológicos habituais, isto é, dos correlatos imanentes das socializações primária e secundária (família, escola, trabalho, etc.), bem como à aquisição de uma cultura cívica específica (Almond e Verba, 1963).

Assim, numa teoria democrática que valorize a dinâmica interactiva e ressocializadora da participação associada, a propensão dos indivíduos para se associarem com vista à promoção de valores e interesses partilhados constitui não só uma medida do exercício dos direitos de cidadania de primeira e segunda geração, para utilizar de novo as categorias de T. H. Marshall, como também o indicador mais aproximado para quantificar este processo de participação explicitamente socializada.

O quadro n.º 2 fornece a distribuição da população inquirida segundo o grau de envolvimento nas associações relevantes para a assunção e o exercício dos direitos de cidadania. Verifica-se, assim, do lado da procura manifesta de bens cívicos e políticos, uma propensão para a participação associada muito baixa por parte do eleitorado português (média = 4,5; mediana e moda = 5). Em qualquer caso, esta propensão para a acção colectiva sustentada fica muito aquém da procura latente de bens políticos expressa pela simples participação eleitoral.

Participação associada
(em percentagem)

[QUADRO N.º 2]

1 Muito alta	2 Alta	3 Média	4 Baixa	5 Nula	Média
1,3	4,5	6,0	20,3	67,9	4,5

Com efeito, mais de dois terços dos inquiridos revelam um grau nulo de participação associada e outros 20% um grau baixo, medidos pelas pontua-

ções atribuídas aos diferentes tipos de organizações voluntárias a que declararam pertencer e ao tipo de envolvimento que nelas têm (avaliado pelo eventual desempenho de funções dirigentes nessas organizações da chamada *sociedade civil*).

Assim, numa escala inicial de oito pontos máximos obtidos por apenas dois inquiridos, só 1% da população somou seis ou mais pontos, 4,5% somaram quatro ou cinco pontos, 6% somaram três pontos e 20% somaram um ou dois pontos, correspondentes a associações sem perfil político e onde os inquiridos não desempenharam qualquer função dirigente; finalmente, como dissemos, 68% da população revelaram estar ausentes de qualquer forma de organização cívico-política relevante.

As organizações consideradas relevantes são as seguintes, por ordem daquelas que recolheram maior número de participantes: colectividades de índole recreativa, cultural, ambiental ou de solidariedade social (16%); sindicatos (11%)⁹; associações profissionais e económicas (7%); partidos políticos (4%). Finalmente, dos 31% de inquiridos que declararam pertencer a um tipo qualquer de associação relevante, 15% desempenham ou desempenharam funções dirigentes nessas associações, o que corresponde a 5% apenas do eleitorado português.

O índice de participação associada apresenta, como era de esperar, correlações significativas e de sinal previsível com as variáveis retidas para efeitos desta análise, mas, como já sucedia com a identificação partidária e o posicionamento ideológico, essas correlações não são expressivas, excepto com o índice de *mobilização política* (ver a seguir), com o qual está moderadamente correlacionado ($r=0,37$).

Neste sentido, a participação associada revela-se pouco sensível ao determinismo sociológico, constituindo, portanto, uma prática específica do processo de assunção e exercício dos direitos de cidadania, o qual dependerá

⁹ Este valor deve ser corrigido para 27% em função do número de inquiridos que declararam ser trabalhadores por conta de outrem, ou seja, aqueles a quem a pergunta efectivamente se aplica. Ainda assim, como já havia sucedido no nosso inquérito de 1991 (Cabral, 1992), a percentagem dos assalariados por conta de outrem que declararam estar sindicalizados continua a ser mais baixa do que a taxa oficial de sindicalização, o que só pode significar, como então sugerimos, que há um número considerável de pessoas sindicalizadas que, por diversos motivos, desde a falta de interiorização até à prudência perante os inquiridores, não assume essa qualidade. Este facto é, em si mesmo, uma informação importante acerca das modalidades segundo as quais esta forma clássica de participação associada é vivida na prática. Vale a pena acrescentar ainda que as taxas de sindicalização expressas variam muito entre os trabalhadores do sector estatal (42%) e público (38%), por um lado, e os trabalhadores do sector privado, por outro (17%). Tendo em conta o acelerado processo de privatização em curso, tudo leva a crer que o sindicalismo, enquanto forma de exercício da cidadania e de socialização política, tenderá a perder significado na sociedade portuguesa num futuro próximo, sem que se veja ainda que outras formas de organização poderão vir a substituí-lo.

de micro e mesofactores que uma macroanálise como esta não capta. Na mesma linha de conclusões, também não têm expressão as correlações com o posicionamento ideológico e com as identificações partidárias expressas. Em suma, isto significa que a propensão para a acção colectiva sustentada das pessoas «de esquerda» é tão baixa como a das pessoas «de direita».

Mais expressivas, embora baixas, são as correlações com a *exposição aos media informativos* ($r=0,25$) e a *mobilização cognitiva* ($r=0,20$). Com efeito, conforme já tive oportunidade de comentar (Cabral, 1995), a mobilização cognitiva e a exposição aos *media* são atributos reflexivos da mobilização política. Embora representem variáveis dependentes do sistema de diferenciação social, *maxime* do nível de instrução e do lugar de classe, tanto a procura de informação como a disposição para intervir no *espaço público* e para discutir assuntos de carácter político constituem, em si próprias, manifestações potenciadoras do exercício da cidadania. Por outras palavras, o *espaço público*, incluindo os *mass media*, continua a ser um lugar privilegiado da mobilização política¹⁰, mas, se é verdade que «nada politiza mais do que a politização», ainda é preciso que os cidadãos entrem nesse *espaço público* para que a politização comece a ter lugar e é isso que, frequentemente, não ocorre.

Com efeito, o processo de socialização política parece genericamente pré-condicionado pela importância que os inquiridos atribuem à sua própria opinião. Assim, a maioria dos inquiridos que revelaram alta ou muito alta propensão para a acção colectiva consideram que «a sua opinião é importante para decidir os problemas do país» (respectivamente, 58% e 62%). Inversamente, a maioria dos que revelaram propensão nula para se associar consideram a sua opinião pouco ou nada importante (respectivamente, 31% e 27%). É preciso acrescentar que, enquanto o primeiro grupo representa apenas 3,5% do eleitorado português, este último grupo representa praticamente 40%!

Resta saber se há causalidade entre as duas atitudes e, caso haja, qual é o sentido dela. Será que aqueles que se organizam colectivamente ganham consciência de que a sua opinião conta ou, como é mais provável, embora as análises estatísticas não sejam totalmente conclusivas, será a percepção de que a sua opinião conta que leva uma minoria de pessoas a mobilizar-se? É o que tentaremos elucidar de seguida.

A AUTOMOBILIZAÇÃO POLÍTICA

A fim de medir a propensão do eleitorado português para a automobilização, entendida como algo mais do que a mobilização partidária (isto

é, a mera resposta à mobilização promovida pelos partidos), construímos um índice agrupando as respostas ponderadas a um conjunto de oito indicadores, que distribuíram os inquiridos segundo uma escala reagrupada em cinco escalões.

Índice de mobilização política
(em percentagem)

[QUADRO N.º 3]

1 Muito forte	2 Forte	3 Média	4 Fracca	5 Nula	Média
5,2	11,1	30,2	29,1	24,4	3,6

Ao contrário do que sucedia com a participação associada, que remetia mais de dois terços dos inquiridos para um grau de participação nula, a automobilização em defesa de interesses e valores próprios, individuais ou colectivos, distribui o eleitorado português de forma bastante mais equilibrada. Contudo, é preciso notar que, enquanto o índice anterior continha apenas indicadores de ordem comportamental, este novo índice inclui também indicadores de ordem atitudinal, que, embora tenham sido menos valorizados na respectiva construção, conferem ao índice um significado menor em termos de práticas cívico-políticas efectivas.

No topo da mobilização política continua a encontrar-se uma escassa minoria de indivíduos que podemos designar por *hipermobilizados*. Em contrapartida, só 24% dos inquiridos se excluem, pelo menos pelas suas atitudes, de qualquer forma de mobilização. Em suma, perto de metade do eleitorado português manifesta, de acordo com este índice, um grau forte ou intermédio de automobilização política, situando-se a média nos 3,6 pontos na escala de 5.

Este índice composto a partir das práticas e atitudes dos inquiridos perante um conjunto de formas de acção ao dispor dos cidadãos para a defesa dos seus interesses, como lhes foi explicitamente sugerido, revelou uma consistência interna muito elevada (alfa de Cronbach=0,85), o que nos permite concluir que o índice mede adequadamente aquilo que pretendíamos saber, ou seja, a capacidade efectiva e potencial da população portuguesa para se mobilizar com vista à defesa dos seus interesses, em suma, para exercer os direitos políticos — e não meramente eleitorais — que a cidadania lhe confere.

Com efeito, mais do que a identificação partidária ($r=0,12$), a posição ideológica ($r=0,23$) ou a própria participação associada ($r=0,37$), a mobilização política apresenta correlações significativas, de sinal previsível, com alguns dos principais caracteres sociográficos da população. A correla-

ção mais expressiva é aquela que faz depender a automobilização dos inquiridos do seu nível de instrução ($r=0,48$), isto é, quanto mais instruídos, maior a tendência dos inquiridos para se mobilizarem; a seguinte é a sua idade ($r=0,39$), que está, como se sabe, estreitamente correlacionada com a instrução na nossa sociedade ($r=0,52$).

Na esteira destes factores sociais de dependência, a mobilização política está também correlacionada, embora mais mitigadamente, como já tínhamos visto atrás para a participação associada, com a mobilização cognitiva ($r=0,37$) e a exposição aos *media* informativos ($r=0,36$), que assim continuam a andar a par. Em contrapartida, a classe social e o rendimento, apesar de claramente correlacionados com a instrução (respectivamente, $r=0,45$ e $r=0,37$), têm fracas correlações com a *mobilização política* ($r=0,21$ ambos), revelando esta última, portanto, depender mais directamente do «capital escolar» do que do «capital económico» ou do chamado *habitus* de classe.

Vale a pena notar, ainda, que os oito indicadores que integram este índice foram submetidos aos inquiridos segundo uma hipotética ordem de mobilização crescente. Vejamos em que medida essa ordem hipotética correspondia ou não às práticas e atitudes de automobilização. Ora, tirando a confirmação do indicador correspondente ao tipo mais raro de mobilização («o bloqueio de estradas e vias férreas»), todos os outros apresentam uma dupla flutuação, segundo os inquiridos respondiam ter já empreendido as acções em questão ou, nunca as tendo empreendido, se admitiam a possibilidade de vir a empreendê-las.

O resultado mais surpreendente foi o da primeira pergunta, que correspondia à hipótese de mobilização mais frequente, para não dizer banal e mesmo inócua, e que revelou ser, afinal, a segunda prática mais rara: «Escrever uma carta para um jornal.» Embora perto de 50% dos inquiridos admitam poder vir a fazê-lo, a verdade é que são menos de 4% aqueles que declararam já o ter feito. Não admira, assim, que o «capital escolar» surja como a variável mais independente do sistema de automobilização política!

Também o contacto directo com um agente do sistema político se revelou menos frequente do que outras formas de mobilização hipoteticamente mais raras, tais como «assinar uma petição» ou «organizar uma reunião». Não é ilícito ver aqui, por sua vez, um reflexo da grande e generalizada distância ao poder político que verificámos prevalecer entre o eleitorado português (v. abaixo).

Outro resultado importante foi verificar que não há uma relação necessária entre as acções que os inquiridos revelaram ter empreendido e aquelas que, embora nunca as tendo empreendido, admitem a possibilidade de vir a empreender. Exemplos típicos disso são a greve e a manifestação de rua, em que uma razoável percentagem deles já participou (respectivamente, 18% e 16%), mas em que poucos mais admitem vir a participar (respectivamente, 26% e 24%). Inversamente, se é exacto que poucos inquiridos contactaram pessoalmente um político (11%), muitos admitem a possibilidade de o fazer

(40%); isto para não falar da já referida «carta a um jornal», em que é máxima a distância entre a prática e a atitude.

Daqui se podem deduzir três escalas significativamente diferentes: uma escala das formas efectivas de mobilização, outra das formas de mobilização consideradas legítimas pelos inquiridos e, finalmente, uma terceira escala das formas consideradas ilegítimas.

Formas de mobilização efectiva, legítima e ilegítima
(em percentagem)

[QUADRO N.º 4]

	Práticas efectivas (acções empreendidas)	Práticas legítimas (não empreendidas mas admitidas)	Práticas ilegítimas (acção rejeitadas)
Assinar petição	21	40	38
Organizar reunião	18	35	46
Fazer greve	18	26	56
Manifestação de rua	16	24	59
Contactar político	11	40	49
Colar cartazes	10	20	70
Escrever uma carta	4	49	47
Cortar estrada	3	14	82

Reagrupando os oito indicadores, a análise factorial revelou que eles estão associados, na realidade, em dois grupos fortemente diferenciados entre, por um lado, um conjunto de acções que, embora desigualmente postas em prática, são assumidas como legítimas por mais de metade dos inquiridos e, por outro, um conjunto de acções também desigualmente postas em prática, mas que uma clara maioria dos inquiridos considera ilegítimas ou, pelo menos, recusa empreender. Basta atentar no elenco das acções que figuram em cada um dos grupos para distinguirmos as formas moderadas e as formas radicais de mobilização, sendo de notar que a acção de «colar cartazes» se conta entre as últimas.

PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ÍNDICE DE CIDADANIA

Se admitirmos, de acordo com a teoria da *liberdade positiva* (Berlin, 1969) subjacente a este exercício, que a qualidade de um dado regime democrático será tanto maior quanto mais os cidadãos exercerem os seus direitos, teremos então uma noção razoavelmente aproximada do funcionamento real do nosso regime se conseguirmos chegar a uma medida aceitável do exercício efectivo da cidadania em Portugal.

Formas moderadas e radicais de mobilização
(análise factorial em componentes principais)

[QUADRO N.º 5]

	Factor 1	Factor 2
Mandar uma carta	0,82	0,18
Contactar um político	0,79	0,11
Assinar uma petição	0,72	0,36
Organizar uma reunião	0,71	0,31
Bloquear uma estrada	0,01	0,80
Manifestar na rua	0,31	0,78
Fazer greve	0,34	0,66
Colar cartazes	0,37	0,64
Variância explicada	49,3	13,4
Alfa de Cronbach	0,81	0,76
<i>N</i>	1617	1615

Excluímos dessa medida a simples participação eleitoral, bem como o mero posicionamento topológico perante a escala esquerda-direita, visto nenhum destes indicadores (aos quais responderam cerca de 80% dos inquiridos) apresentar variações significativas entre si nem com a propensão para a acção colectiva (*índice de participação associada*) ou com a propensão para a automobilização em defesa dos seus interesses e valores (*índice de mobilização política*).

Com efeito, não só a participação eleitoral e o posicionamento ideológico não introduziriam estatisticamente diferenças significativas na distribuição dos inquiridos perante o exercício da cidadania como elas parecem constituir, na realidade, reacções relativamente indiferenciadas à oferta prevalecente no mercado político.

Excluímos também da medida da cidadania a identificação partidária a fim de afastar da presente discussão a problemática da adequação da actual oferta político-partidária à procura latente de bens políticos. Seja como for, a fraca correlação ($r=0,18$) que a identificação partidária possui com o exercício da cidadania tal com aqui optámos por calculá-lo será recuperada através da mediação dos índices de participação e de mobilização.

Optámos, portanto, por construir um índice da cidadania política a partir, exclusivamente, da combinação dos índices de participação associada e de automobilização, considerando que estes dois índices medem com suficiente rigor o conjunto de práticas e atitudes perante o envolvimento cívico-político, permitindo assim uma aproximação quantificada à assunção subjectiva e ao exercício objectivo dos seus direitos constitucionais mais qualificados por parte da população portuguesa.

Índice de cidadania política
(em percentagem)

[QUADRO N.º 6]

1 Muito forte	2	3	4	5	6	7	8	9	10 Muito fraco	11 Média
–	0,06	1,5	1,6	4,2	8,4	14,8	23,1	24,8	21,1	8,1

Verifica-se deste modo que, nesta escala de dez graus, em que nenhum inquirido obteve a pontuação correspondente ao nível mais forte de exercício da cidadania, perto de 70% do eleitorado se situam nos três graus inferiores da escala. A média e a mediana situam-se no grau 8 e a moda no 9. Acrescente-se que a automobilização tem mais peso na formação do índice ($r=0,87$) do que a participação associada ($r=0,78$), sendo, portanto, a baixa propensão dos inquiridos para a acção colectiva a principal responsável pelos baixos valores médios encontrados.

Como era de esperar, o nível de instrução é o factor que apresenta a correlação mais forte com o exercício da cidadania ($r=0,45$), seguido dos dois índices que normalmente o acompanham, a saber, a *exposição aos media informativos* ($r=0,38$) e a *mobilização cognitiva* ($r=0,36$). Todos os outros indicadores e índices sociográficos e atitudinais, excepto a *avaliação do sistema político* e a *distância ao poder* (v. abaixo), apresentam correlações significativas e de sentido previsível com a cidadania, destacando-se a idade ($r=0,28$) e, mais longe, a classe social ($r=0,25$), o género ($r=0,24$) e o rendimento ($r=0,22$). Estes valores confirmam os resultados a que já tínhamos chegado por outra via, segundo os quais «as mulheres idosas, pobres e pouco instruídas» continuam a ser a camada social mais afastada do exercício dos direitos de cidadania na nossa sociedade (Cabral, 1995).

A análise de variância entre o índice de cidadania e o nível de instrução dos inquiridos, enquanto variável mais independente do nosso sistema de estratificação, revela que há diferenças significativas praticamente entre todos os grupos de escolaridade perante a cidadania, menos entre os inquiridos com o secundário e o preparatório. Pode assim dizer-se que, quanto mais instruída a pessoa, mais elevada a sua propensão para a assunção e o exercício da cidadania, variando a média entre 6,5 para os detentores de um diploma universitário e 9,3 para os não escolarizados.

Entre a mobilização política (que vimos ser o factor com maior peso na formação do índice de cidadania) e o nível de instrução, a análise de variância já tinha revelado que quase todos os grupos de escolaridade apresentavam diferenças significativas entre si, com excepção dos universitários e dos inquiridos com o nível secundário, exactamente como acontecia com a exposição aos *media informativos* e com a mobilização cognitiva. Já perante a participação associada, as diferenças entre os grupos de escolaridade eram também quase todas significativas, mas ordenadas de forma ligeiramente diferente.

É importante notar de novo que o nível de instrução está claramente correlacionado com a idade dos inquiridos ($r=0,52$), embora a variância entre os grupos etários e o índice de cidadania, bem como os índices que lhe estão associados mais de perto, oponha sobretudo os mais idosos (acima dos 50 e mais ainda acima dos 60 anos) a todos os outros grupos etários, com excepção das práticas e atitudes de automobilização, que diferenciam praticamente todos os grupos, com uma variação da média dos mais jovens (2,8 na escala de 5 graus) para 4,2 dos mais velhos. Confirma-se assim que o atraso do processo de escolarização, que afectou maciçamente todas as gerações nascidas antes do 25 de Abril, tem ainda hoje um peso muito considerável na explicação da baixa propensão da população portuguesa para assumir e exercer os seus direitos de cidadania.

Vale a pena acrescentar que, embora a correlação entre o índice de cidadania e a identificação partidária dos inquiridos seja muito fraca ($r=0,18$), não deixa de ser significativo que os simpatizantes do PS e do PSD, bem como aqueles que disseram não simpatizar com nenhum partido, se situem, pela ordem indicada, nos escalões mais baixos do exercício da cidadania, claramente separados de todos os outros grupos de simpatia partidária. Este resultado confirma também aquilo que já havíamos verificado anteriormente (Cabral, 1995), a saber, quanto maiores são os grupos, menores são, *mutatis mutandis*, a sua diferenciação mútua e a sua propensão para se mobilizarem politicamente. Na realidade, a grande oposição, em termos de mobilização, passa entre os simpatizantes dos «pequenos partidos» (incluindo o CDS-PP), por um lado, e, por outro, os dos «grandes partidos», que a este respeito pouco se distinguem dos «sem partido».

A análise factorial realizada com as variáveis relevantes forneceu as seguintes associações:

Índice de cidadania política
(análise factorial em componentes principais)

[QUADRO N.º 7]

	Factor 1	Factor 2	Factor 3
Instrução	0,76	0,24	0,03
Classe social	0,73	0,02	0,01
Rendimento	- 0,57	0,13	0,00
Habitat*	0,52	- 0,03	0,12
Género	- 0,29	0,67	- 0,08
Cidadania	0,34	0,62	0,10
Mobilização cognitiva	0,22	0,55	0,14
Exposição aos <i>media</i> informativos	0,39	0,48	0,21
Identificação partidária	0,14	0,33	0,66
Avaliação do sistema político	0,06	- 0,36	0,64
Posicionamento ideológico	0,15	0,34	0,52
Variância explicada	24,2	13,1	9,60

* Índice urbano-rural do INE.

Como já foi observado em estudos ecológicos sobre o comportamento do eleitorado português (Freire, 1997), também a nível individual se verifica ser fraca a associação entre os atributos sociais da população, por um lado, e as suas práticas e atitudes político-ideológicas, por outro. Assim, no factor 1, do qual está ausente qualquer variável de índole política, temos fortemente associadas a instrução e a classe social (esquema de Goldthorpe adaptado: Cabral, 1999), mais longe, o rendimento e, por fim, o *habitat*. O único índice mediatizador de práticas e atitudes políticas que se aproxima minimamente daqueles é a exposição aos *media* informativos, que, como sabemos, depende bastante do nível de instrução ($r=0,38$).

No factor 2 temos associados, como já havíamos visto de outra maneira, o exercício da cidadania, a mobilização cognitiva e a exposição aos *media*. Mas a variável que surge com maior peso no factor é o género, indicando que, *et ceteris paribus*, os inquiridos do sexo masculino têm uma propensão mais elevada para se associarem e para se mobilizarem, ao mesmo tempo que se interessam mais pela política e pela actualidade em geral. Este resultado só surpreende pela nitidez, pois já o havíamos observado anteriormente (Cabral, 1991).

Finalmente, no factor 3 surgem associados os indicadores das atitudes político-partidárias (identificação partidária e posicionamento ideológico, muito próximos um do outro) e a avaliação do sistema político (ver a seguir), cuja associação ao factor resultou de havermos forçado a rotação a três factores, pois aparecia isolada na análise anterior. Daqui se conclui ser virtualmente nula a associação destas atitudes — determinadas pela oferta político-partidária e pelo comportamento do sistema político — não só com os atributos sociais dos inquiridos mas também com a sua procura latente de bens políticos, medida esta última pela sua propensão para se associarem e mobilizarem (cidadania), para intervirem no espaço público (mobilização cognitiva) e para se informarem (exposição aos *media*). Só esta última tem algum peso neste factor 3, como, aliás, já tinha no factor 1.

Dito isto, ao fazermos uma regressão linear múltipla de todas as variáveis referidas sobre o índice de cidadania, excluindo naturalmente aquelas que compõem o índice, verifica-se que só três foram excluídas (a idade, o rendimento e o *habitat*). Todas as outras contribuem, por pouco que seja, para a propensão dos inquiridos para se associarem e mobilizarem politicamente.

Em conjunto, porém, estas seis variáveis explicam apenas 27% da variância da propensão para assumir e exercer os direitos de cidadania, destacando-se, entre os factores sociais, a classe e a instrução dos inquiridos, agora separadas entre si, e de novo o género, ou seja, mais de metade da variação explicada é atribuível a estes três factores de índole social. A mobilização cognitiva e a exposição aos *media* informativos, agora também separadas entre si, bem como

do nível de instrução, são responsáveis por perto de um terço da variação explicada, confirmando-se como práticas específicas susceptíveis de potenciarem as disposições sociais para a procura de bens políticos.

Preditores da cidadania política
(análise de regressão linear múltipla)

[QUADRO N.º 8]

	Beta	p<
Classe social*	0,21	0,000
Mobilização cognitiva.	0,17	0,000
Instrução.	0,15	0,000
Género.	0,15	0,000
Exposição aos <i>media</i> .	0,14	0,000
Posicionamento ideológico.	0,06	0,049
Idade	–	n. s.
Rendimento	–	n. s.
<i>Habitat</i>	–	n. s.
R^2 ajustado	0,27	

* Variável *dummy*.

Finalmente, também o posicionamento na escala esquerda-direita contribui para a explicação do índice de cidadania, manifestando os inquiridos que pendem para a esquerda uma maior propensão para se associarem e mobilizarem politicamente [$F(2,1314)=6,1$; $p < 0,002$], o que confirma a associação que já tínhamos encontrado entre o exercício da cidadania, por um lado, e a simpatia pelo PCP e pelos pequenos partidos de extrema-esquerda, por outro.

A AVALIAÇÃO DO SISTEMA POLÍTICO

O índice que construímos para medir a avaliação subjectiva que os inquiridos fazem do sistema político, na dupla dimensão da isenção dos aparelhos de Estado e do comportamento da classe política, com dois indicadores para cada dimensão, revelou não possuir muita consistência interna (alfa de Cronbach=0,45).

Índice de avaliação do sistema político
(análise de regressão linear múltipla)

[QUADRO N.º 9]

1 Muito positiva	2 Positiva	3 Média	4 Negativa	5 Muito negativa	Média
4,1	16,9	40,2	26,9	11,9	3,3

Verifica-se, assim, que a avaliação do sistema político feita pelos inquiridos, segundo os quatro indicadores referidos, se distribui de forma relativamente equilibrada, com uma grande concentração de inquiridos no escalão médio (40%), mas com propensão visível para as avaliações negativas: 39% contra 21% apenas de avaliações positivas.

Não é de surpreender, portanto, que a avaliação do sistema político não apresente correlações estatísticas significativas com qualquer das variáveis utilizadas até aqui. Em contrapartida, tem uma correlação significativa, embora muito fraca ($r=0,14$), com o índice de distância ao poder (ver abaixo), que, por seu turno, também não apresenta correlações significativas com qualquer outra das variáveis sociográficas e atitudinais a que temos vindo a referir-nos. Voltaremos, na conclusão, a esta questão singular. Antes disso aprofundemos, todavia, a análise das relações da população com o actual sistema político.

Acrescentando às duas dimensões avaliativas mencionadas acima uma terceira, relativa ao relacionamento genérico dos inquiridos com o sistema político, a análise factorial confirmou que os seis indicadores utilizados se agrupavam dois a dois, de acordo com cada uma das três dimensões. Parece, pois, estarmos perante dimensões das atitudes sociais perante a oferta de bens políticos consideravelmente desligadas entre si.

Percepções do sistema político
(análise factorial em componentes principais)

[QUADRO N.º 10]

	Factor 1	Factor 2	Factor 3
Governantes tentam fazer bem	0,85	- 0,01	0,03
Partidos põem os seus interesses acima . . .	0,83	- 0,10	- 0,00
Funcionários não ligam às pessoas	0,00	0,81	- 0,05
Tribunais favorecem os influentes	- 0,09	0,78	0,04
Não compreendo o mundo da política	- 0,06	- 0,06	0,80
A minha opinião não é importante	0,08	0,06	0,79
Variância explicada	25,4	21,1	19,9

O factor com maior peso na formação destas atitudes é a apreciação relativamente positiva do comportamento dos governantes, que para a maioria dos inquiridos (49%) «tentam fazer bem mesmo quando erram», e a apreciação relativamente negativa que fazem dos partidos, que para a maioria dos inquiridos (47%) «põem os interesses partidários acima dos do país». É de notar a clara distinção feita entre os comportamentos dos governantes e os dos partidos. Esta atitude não é, contudo, demasiado surpreendente, pois não só os inquiridos já haviam manifestado uma débil identificação com o

sistema partidário, como é conhecida da ciência política esta tendência do público para dar mais apoio às autoridades do que ao próprio sistema (Easton, 1960). Em contrapartida, esta marcada disjunção entre a política partidária e a esfera da governação não deixa de prenunciar os resultados fornecidos pelo índice de distância ao poder (*infra*).

O segundo factor contém a avaliação claramente negativa feita pelos inquiridos à administração pública, cujos «funcionários não ligam às pessoas como nós» (54%), e a avaliação ainda mais negativa dos tribunais, que «favorecem as pessoas influentes», segundo 67% dos inquiridos. Assim, estas instituições estratégicas do Estado democrático são avaliadas bastante mais negativamente do que o sistema político-partidário propriamente dito, mas de forma separada deste. Não é ilícito concluir que a maioria dos inquiridos, por motivos complexos que não podemos aprofundar agora, não identifica a *performance* dos aparelhos de Estado como parte integrante — legitimadora ou deslegitimadora — do funcionamento global do sistema político.

Finalmente, o terceiro factor mede, grosseiramente que seja, o relacionamento genérico dos inquiridos com o mundo da política. Assim, 60% deles revelam «ter dificuldade ou não compreender aquilo que se passa no mundo da política», ao mesmo tempo que 56% consideram «a sua opinião pouco ou nada importante para decidir os problemas do nosso país». Daqui se pode depreender que, para a maioria dos inquiridos, a compreensão da política e a importância das suas opiniões dependem mais deles próprios do que da transparência do *espaço público*, por um lado, e da conta em que o sistema político tem as suas opiniões, por outro.

É isto que se é levado a pensar, também, quando observamos que aqueles que pensam «compreender perfeitamente ou mais ou menos o mundo da política» são, em larga medida, os mesmos que consideram «a sua opinião importante ou muito importante para decidir os problemas do país», a saber, 23% dos inquiridos, enquanto aqueles que dizem «ter dificuldade ou não compreender o que se passa na política» coincidem maioritariamente com os que consideram «a sua opinião pouco ou nada importante», a saber, 32% dos inquiridos.

A compreensão e a influência políticas estão, portanto, ligadas, embora de forma bastante menos linear do que se poderia esperar, já que 45% dos inquiridos ficam fora da relação. Resta saber se existe causalidade entre elas ou se, como já temos elementos suficientes para pensar nesta fase da pesquisa, a percepção de compreender a vida política e a de ter influência sobre ela são indissociáveis, opondo na realidade uma minoria com acentuados traços oligárquicos a uma vasta maioria distante do poder sob todas as suas formas, como se pode deduzir da análise de variância entre os dois indicadores —

Efectivamente, os dois grupos de compreensão mais elevada apresentam diferenças significativas, perante a influência política que pensam ter, em relação aos dois grupos de mais baixa compreensão, o último dos quais se diferencia ainda de todos os outros, ou seja, aqueles que revelam menor compreensão da vida política são também aqueles que sentem ter menos influência.

Com efeito, se introduzirmos na análise factorial apresentada acima (quadro n.º 10) os índices que integram o exercício da cidadania, a saber, a participação e a mobilização, estas aparecem claramente associadas com a compreensão e a influência políticas (para um alfa = 0,60) no primeiro de três factores, enquanto a avaliação do sistema político propriamente dito e a avaliação dos aparelhos de Estado continuam a constituir, pela ordem indicada, dois factores claramente diferenciados do primeiro e entre si.

Cidadania e avaliação do sistema
(análise factorial em componentes principais)

[QUADRO N.º 11]

	Factor 1	Factor 2	Factor 3
Compreensão da política	0,75	- 0,05	- 0,08
Mobilização política	0,70	- 0,40	0,06
Percepção de influência política.	0,59	0,10	0,04
Participação associada	0,56	0,02	- 0,01
Avaliação dos governantes	0,01	0,85	- 0,01
Avaliação dos partidos	0,02	0,83	- 0,09
Avaliação dos funcionários	- 0,01	0,00	- 0,81
Avaliação dos tribunais	0,03	- 0,09	- 0,78
Variância explicada	21,5	19,5	14,9
Alfa de Cronbach	0,60	0,59	- 0,44
<i>N</i>	1574	1473	1463

Finalmente, a avaliação do sistema político é ainda atravessada, embora de forma estatisticamente pouco significativa, pela simpatia, antipatia ou apatia reveladas pelos inquiridos relativamente aos partidos. Com efeito, como é bem conhecido da politologia, conforme o partido da simpatia do inquirido está no governo ou na oposição, o comportamento do sistema tende a ser avaliado de maneira mais ou menos favorável (Cabral, 1995).

Assim, para uma média de 39% de avaliações negativas, os simpatizantes do PS (26% do universo eleitoral) exprimiam em 1997 apenas 31% de opiniões negativas, enquanto os simpatizantes de todos os outros partidos com representação parlamentar (29% do eleitorado) exprimiam opiniões negativas superiores à média: 40% pelos do CDS-PP e do PPD-PSD, mas 53% pelos da CDU-PCP.

Os simpatizantes dos pequenos partidos de extrema-esquerda são, previsivelmente, ainda mais críticos em relação ao funcionamento do sistema. Mais importante, porventura, é verificar que os inquiridos que não se identificam com a actual oferta partidária (43% dos eleitores) nem por isso fazem uma avaliação muito diferente da média, limitando-se a exprimir opiniões um pouco mais negativas (42%) do que os simpatizantes dos partidos do centro-direita.

Em suma, os indicadores que construímos a fim de quantificar a avaliação que a população portuguesa faz do actual sistema político, alguns dos quais provêm de inquéritos internacionais realizados com objectivos diferentes dos nossos, não se revelaram suficientemente finos e consistentes para captar de forma conclusiva os diversos tipos de relacionamento dos inquiridos com a vida política do país.

Foi possível identificar, no entanto, um conjunto de dimensões do sistema perante as quais o eleitorado parece adoptar atitudes desligadas entre si e só muito debilmente relacionadas com os seus atributos sociais. Sem prejuízo do afinamento desta bateria de indicadores com vista a futuros inquéritos, os resultados revelados pelo presente índice de avaliação do sistema político remetem, na verdade, para a relação de distanciamento que a esmagadora maioria dos cidadãos mantém, em Portugal, com o poder.

A DISTÂNCIA AO PODER

O índice de distância ao poder foi directamente adaptado daquele que o psicólogo social Geert Hofstede construiu, na segunda metade dos anos 60, a fim de medir a relação de autoridade entre os empregados e a direcção de uma grande empresa multinacional presente, na altura, em 40 países, entre os quais Portugal (Hofstede, 1968). Pela nossa parte, limitámo-nos a substituir a expressão *management*, utilizada pelo autor, por *governantes*, emprestando assim um cunho *político* ao conceito genérico de poder. O cálculo do índice, formado a partir de três indicadores (ver a seguir), seguiu também o método adoptado pelo autor, de modo a permitir a comparação temporal entre as populações inquiridas.

Ora bem, considerando embora que deslocámos a questão do poder na empresa para a do poder na sociedade e que a população inquirida por Hofstede era constituída sobretudo por técnicos, agentes comerciais e empregados administrativos, portanto sem representatividade nacional, não deixa de ser surpreendente que, trinta anos depois, a *distância ao poder* manifestada pelo conjunto da população portuguesa tenha aumentado: 86 pontos hoje em dia contra 63 em 1968, para uma média de 51 pontos nos 40 países então estudados¹¹.

¹¹ Cf. Hofstede, *op. cit.*, capítulo 3, pp. 65-109, *maxime* figura 3.1, p. 77, mostrando que os empregados portugueses da empresa em questão se encontravam na 25.ª posição da tabela de *distância ao poder*.

Assim, é de registar que a esmagadora maioria dos portugueses tem uma opinião diametralmente oposta acerca da forma como «os governantes *deviam* tomar as decisões importantes» e da forma como, segundo os inquiridos, eles *efectivamente* actuam. Com efeito, enquanto 71% da população pensam que «os governantes deviam ouvir os cidadãos antes de tomar decisões e agir em conformidade com a opinião destes», só 7% pensam que eles actuam dessa forma; inversamente, enquanto apenas 1,5% dos inquiridos consideram que «compete aos governantes decidir e aos cidadãos obedecer», 66% pensam que é desta forma que os governantes realmente actuam; finalmente, uma percentagem muito semelhante (entre 18% e 19%) acha que «compete aos governantes tomar as decisões depois de as explicar aos cidadãos» e que é assim que eles actuam em Portugal.

Mais surpreendente, porventura, é o facto de uma grande maioria dos inquiridos (67%) achar que «os Portugueses têm medo — muito frequentemente (27%) ou por vezes (40%) — de mostrar que discordam das decisões dos governantes» (Hofstede, «The employees are afraid to disagree with their managers»). Computados os três indicadores para uma escala de seis níveis de distância ao poder, a população distribuiu-se da seguinte forma:

Índice de distância ao poder
(em percentagem)

[QUADRO N.º 12]

1 Mínima	2	3	4	5	6 Máxima	Média
4,2	14,0	23,1	29,4	24,7	4,7	3,7

Finalmente, quando procurámos os correlatos sociais, atitudinais e comportamentais desta distribuição, o facto de ela se aproximar de uma curva normal, ao contrário do que sucedia com o índice de cidadania, confirmou que a distância ao poder não apresenta correlações significativas com qualquer variável social, excepto uma associação muito débil ($r=0,14$), como havíamos visto acima, com a avaliação do sistema político.

Em suma, este sentimento de distância ao poder parece, pois, atravessar indiferenciadamente o espectro social português. Apenas é lícito acrescentar que, quanto maior ele é, mais negativa será, dentro dos limites de uma curva quase normal, a avaliação do sistema político. Com efeito, a análise de variância entre os dois índices — $F(4,1430)=9,06$; $p<0,000$ — revela que há diferenças significativas entre os grupos 2 e 3 (menor distância ao poder) e os grupos 4 e 5 (maior distância) em termos de avaliação do sistema político, confirmando-se que os grupos que se sentem menos distantes do poder fazem uma avaliação positiva ou média, enquanto aqueles que se sentem mais distantes fazem uma avaliação negativa ou muito negativa.

CONCLUSÃO

Para Hofstede, que partia da hipótese formal de que os *managers* da multinacional estudada actuavam da mesma forma em todos os países, a percepção de maior ou menor distância ao poder sentida pelos empregados surgia, portanto, como uma variável independente do *ambiente da empresa*, pelo que dependeria da *cultura dos empregados*, cuja caracterização era feita através deste e de três outros índices. Essa hipótese da plena independência do ambiente empresarial era improvável, mas, apesar disso, aceitável para um estudo como o seu. O que já não é de todo aceitável, num estudo como o nosso, é que o *ambiente societal* seja considerado uma variável independente.

Com efeito, a menos que fizéssemos a hipótese de os cidadãos pertencerem a uma cultura cívica societalmente distinta da cultura dos governantes, não se pode atribuir a uma específica *cultura dos governados* a explicação da distância que estes sentem em relação ao poder político; por outras palavras, a cultura das elites governantes constitui também parte da explicação para este sentimento difuso de distanciamento perante o poder político manifestado pela grande maioria da população.

Assim, é lícito pensar que este traço marcante da sociedade portuguesa, cuja elucidação remete para a história política do país dos dois últimos séculos, configura aquilo que se pode designar, na linguagem da política como fórum, como um défice comunicacional entre governantes e governados. No vocabulário da política como mercado, poderá dizer-se que esse mesmo traço societal configura um desajustamento entre a oferta e a procura no mercado dos bens políticos. De qualquer modo, ambos os casos configuram situações que recordam os conflitos latentes entre *elites* e *massas* nos antigos regimes liberais oligárquicos, o que fornece um inesperado pano de fundo para os débeis níveis de exercício da cidadania política encontrados. Esta conclusão não pode deixar de ser considerada surpreendente, do ponto de vista da qualidade da democracia portuguesa, um quarto de século depois da sua implantação.

BIBLIOGRAFIA

(quando são indicadas duas datas, a primeira refere-se à data de publicação original e a segunda à da edição ou tradução utilizada)

- ALMOND, G. A., e VERBA, S. (1963), *The Civic Culture*, Princeton University Press.
- BEETHAM, D. (1994b), «Key principles and indices for a democratic audit», in D. Beetham (ed.), *Defining and Measuring Democracy*, Londres, Sage Publications, pp. 25-43.
- BEETHAM, D. (ed.) (1994a), *Defining and Measuring Democracy*, Londres, Sage Publications.
- BERLIN, I. (1969; 1981), *Quatro Ensaios sobre a Liberdade*, Editora Universidade de Brasília.
- CABRAL, M. V. (1991), «Aspectos da condição feminina em Portugal», in *Organizações e Trabalho*, n.^{os} 5-6, pp. 17-35.
- CABRAL, M. V. (1995), «Grupos de simpatia partidária em Portugal: perfil sociográfico e atitudes sociais, in *Análise Social*, n.º 130, pp. 175-205.

- CABRAL, M. V. (1997), *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*, Oeiras, Celta.
- CABRAL, M. V. (1999), «Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal, in *Análise Social*, n.ºs 146-147, pp. 381-414.
- DAHL, R. (1971; 1997), *Poliarquia: Participação e Oposição*, Editora da Universidade de São Paulo.
- DANIELS, N. (ed.) (1988), *Reading Rawls: Critical Studies on Rawls' 'A Theory of Justice'*, Stanford University Press.
- EASTON, D. (1965; 1974), *Analyse du système politique*, Paris, Armand Colin.
- ELSTER, J. (1983), *Sour Grapes: Studies in the Subversion of Rationality*, Cambridge-Paris, Cambridge University Press e Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- ELSTER, J. (1985), «The market and the forum: three varieties of political theory», in J. Elster e A. Hylland, *Foundations of Social Choice*, Cambridge, Cambridge University Press.
- ESPADA, J. C. (1997), *Direitos Sociais de Cidadania: Uma Crítica a F. A. Hayek e Raymond Plant*, Lisboa, Imprensa Nacional (coleção «Análise Social»).
- FREIRE, André (1995), *Análise da Base Sócio-Cultural de Apoio dos Partidos Políticos Portugueses nas Eleições Legislativas de 1983*, Lisboa, ISCTE (dissertação de licenciatura).
- HABERMAS, J., e RAWLS, J. (1997), *Débat sur la justice politique*, Paris, Éditions du Cerf.
- HOFSTEDE, G. (1968; 1972), *Culture's Consequences: International Differences in Work-Related Values*, Londres, Sage.
- HUNTINGTON, S. P. (1991), *The Third Wave: Democratization in the Late 20th Century*, Norman, University of Oklahoma Press.
- JOHNSTON, M. (1993), «Disengaging from democracy», in R. Jowell et al. (eds.), *International Social Attitudes. The BSA 10th Report*, Aldershot, Dartmouth, 1-22.
- KLUEGEL, J. R.; MASON, D. S., e WEGENER, B. (eds.) (1995), *Social Justice and Political Change: Public Opinion in Capitalist and Post-Communist States*, Nova Iorque, Walter de Gruyter.
- KUKATTAS, C., e PETTIT, P. (1990), *Rawls: 'A Theory of Justice' and its Critics*, Cambridge, Polity Press (Rawls: «Uma Teoria da Justiça» e os Seus Críticos, Lisboa, Gradiva, 1995).
- LINZ, J. J. (1988), «Legitimacy of democracy and the socioeconomic system», in M. Dogan (ed.), *Comparing Pluralist Democracies: Strains on Legitimacy*, Boulder, Colorado, Westview, pp. 65-113.
- LUHMANN, N. (1969; 1980), *Legitimação pelo Procedimento*, Editora da Universidade de Brasília.
- MARSHALL, G.; SWIFT, A., e ROBERTS, S. (eds.) (1997), *Against the Odds? Social Class and Social Justice in Industrial Societies*, Oxford, Clarendon Press.
- MARSHALL, T. H. (1950; 1992), *Citizenship and Social Class*, Londres, Pluto Press.
- MIRANDA, J. B. (1997), *Política e Modernidade: Linguagem e Violência na Cultura Contemporânea*, Lisboa, Colibri.
- NOELLE-NEUMANN, E. (1984; 1995), *La Espiral del Silencio. Opinión Pública: Nuestra Piel Social*, Barcelona-Buenos Aires, Ediciones Paidós.
- POPOVIC, M., e PINHEIRO, P. S. (1995), «Comment consolider la démocratie? L'option des droits de l'homme», in *Revue internationale des sciences sociales*, n.º 143, pp. 91-106, Paris, UNESCO.
- RAWLS, J. (1971), *A Theory of Justice*, Harvard University Press.
- SANTOS, W. G. (1998), «Poliarquia em 3D», in *Dados*, 41 (2), pp. 201-280, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- SAWARD, M. (1994), «Democratic theory and indices of democratization», in D. Bettham (ed.), *Defining and Measuring Democracy*, Londres, Sage Publications.
- SCHMITTER, P. C. (1999), «Opinião pública e 'qualidade' da democracia em Portugal (1992)», in P. C. Schmitter, *Portugal do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- SYMONIDES, J. (1998), «Les droits culturels: une catégorie négligée des droits de l'homme», in *Revue internationale des sciences sociales*, n.º 158, pp. 619-632.

TURNER, B. J. (ed.) (1993), *Citizenship and Social Theory*, Londres, Sage Publications.
TURNER, B. S., e HAMILTON, P. (eds.) (1994), *Citizenship: Critical Concepts*, Londres-Nova Iorque, Routledge.

ANEXOS

Índice de mobilização cognitiva
(em percentagem)

[QUADRO N.º 1-A]

1 Forte	2 Média	3 Fracá	4 Muito fracá	Média
2,6	7,9	54,6	34,9	3,2

Índice de exposição aos media informativos
(em percentagem)

[QUADRO N.º 2-A]

1 Forte	2 Média	3 Fracá	4 Muito fracá	Média
16,1	20,6	31,8	31,5	2,8

Rendimento mensal médio do agregado familiar
(em percentagem)

[QUADRO N.º 3-A]

Níveis de rendimento	Distribuição
Baixo (0-60 contos)	23,2
Médio (61-160 contos)	46,1
Alto (161-300 contos)	19,7
Muito alto (> 300 contos)	8,4

Classe social subjectiva
(em percentagem)

[QUADRO N.º 4-A]

Designação	Distribuição
Baixa	15,9
Trabalhadora	39,4
Média-baixa	13,6
Média	25,9
Alta/média-alta	2,9
NS/NR	3,4

Nível de escolaridade
(em percentagem)

[QUADRO N.º 5-A]

Níveis de escolaridade	Distribuição
Nenhum	8,8
Primário	8,4
Preparatório + secundário incompleto	24,6
Secundário completo	44,9
Superior	13,7

Classe social*
(em percentagem)

[QUADRO N.º 6-A]

Classe social	Categorias sócio-profissionais	Distribuição
Grande/média burguesia	Grande patronato; gestores de grandes empresas e profissões liberais	9,9
Nova burguesia assalariada	Profissões técnico-científicas; quadros de pequenas e médias empresas	11,2
Salariato terciário	Empregados dos serviços e comércio; outros assalariados não manuais	27,2
Pequena burguesia tradicional	Pequeno patronato do comércio, indústria e agricultura	8,6
Trabalhadores manuais independentes	Trabalhadores manuais por conta própria, <i>maxime</i> camponeses	11,2
Salariato manual	Operariado fabril, dos transportes, construção civil e comunicações; proletariado rural	31,8

*Só foi possível definir a classe social dos inquiridos com profissão.

Habitat
(em percentagem)

[QUADRO N.º 7-A]

Designação	Distribuição
Urbano	49
Suburbano	32
Rural	19